

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR ("Companhia"), cuja sede está localizada na Avenida Almirante Barroso, 52, 30º andar, Centro - Rio de Janeiro - RJ foi constituída sob a forma de "sociedade anônima". A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como objeto social a participação em outras sociedades, notadamente no setor de infraestrutura, como segue:

Empresas controladas	Participação no capital total (%) em 30/09/2012	Participação no capital total (%) em 31/12/2011
Concessões rodoviárias		
Linha Amarela S.A. - LAMSA	99,99	99,99
Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN	91,49	91,49
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART	99,99	99,99
Concessionária Bahia Norte S.A. - CBN	50,00	50,00
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT	24,91	24,91
Concessionária Rota do Atlântico - CRA	50,00	50,00
Linea Amarilla Brasil Participações S.A. - LAMBRA	99,99	-
Línea Amarilla S.A.C - LAMSAC	99,99	-
Concessionária Transolímpica S.A. - CTO	33,34	-
Outros serviços		
PEX S.A. – PEX	99,99	-
Transportes urbanos		
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A - METRÔRIO	99,99	99,99
Concessões Aeroportuárias		
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRU PAR	90,00	-
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. – GRU	(*) 45,90	-

(*) Refere-se à participação final do Grupo Invepar na controlada. Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. possui 51% de participação na Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações trimestrais em 13 de novembro de 2012.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis

As informações trimestrais da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e a aplicação do método de equivalência patrimonial, que para fins de *International Financial Reporting Standards - IFRS* seria por custo ou valor justo.

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As informações trimestrais (controladora e consolidado) foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de setembro de 2012.

As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

As informações trimestrais estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

A Companhia possui práticas contábeis definidas de acordo com as normas, que vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. Para entendimento das práticas, estas demonstrações intermediárias, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras emitidas em 31 de dezembro de 2011.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Bases de consolidação--Continuação

As informações trimestrais consolidadas incluem a INVEPAR, suas controladas e controladas em conjunto, nas quais as participações da INVEPAR estão compostas como segue:

% de participação da INVEPAR			
Votante	Total	Votante	Total
30/09/2012		31/12/2011	

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

LAMSA	99,99	99,99	99,99	99,99
CLN	99,99	91,49	99,99	91,49
CART	99,99	99,99	99,99	99,99
METRÔRIO	99,99	99,99	99,99	99,99
CBN	50,00	50,00	50,00	50,00
CRT	36,88	24,91	36,88	24,91
CRA	50,00	50,00	50,00	50,00
LAMBRA	99,99	99,99	-	-
GRU PAR	90,00	90,00	-	-
CTO	33,34	33,34	-	-
PEX	99,99	99,99	-	-

As informações trimestrais das controladas em conjunto CBN, CRT, CRA e CTO foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das informações trimestrais de tais investidas.

As informações trimestrais da controlada LAMBRA foram consolidadas utilizando-se os métodos de conversão previstos no *CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis*.

As demais controladas foram consolidadas somando-se integralmente as contas de ativo, passivo e resultado, destacando-se a participação dos acionistas não controladores, quando aplicável.

A consolidação é feita a partir da data de aquisição de cada investida e tem como principais procedimentos: (i) a eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas; (ii) a eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas; e (iii) a discriminação dos impactos pela mera conversão cambial das informações financeiras no Patrimônio Líquido.

Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas.

3. Contratos de concessão

As controladas LAMSA, CLN, CART, METRÔRIO, LAMBRA e GRU e as controladas em conjunto CBN, CRT, CRA e CTO são empresas que detêm contratos de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. Segue abaixo um breve descritivo de cada contrato:

a) LAMSA

A Linha Amarela S.A. - LAMSA detém contrato de operação e exploração da via expressa denominada Linha Amarela, por meio da cobrança de pedágio. O contrato de concessão foi iniciado em janeiro de 1998, com prazo de 25 anos, sendo a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ). O contrato de concessão prevê o reajuste anual na tarifa de pedágio com base na variação do IPCA-E.

Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Extinta a concessão, retornam à PCRJ todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração da via expressa.

Em 14 de maio de 2010, foi assinado o 11º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu novas obrigações para a realização de obras e outras intervenções, visando principalmente à melhoria da fluidez viária.

Como contrapartida destes investimentos que serão realizados pela LAMSA, a PCRJ prorrogou o contrato de concessão por mais 15 anos e reajustará a tarifa de pedágio em 2,32% acima da variação do IPCA-E entre 2012 e 2015.

3. Contratos de concessão--Continuação

b) CLN

A Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN detém o direito de operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA, em 21 de fevereiro de 2000, com prazo de 25 anos para a sua exploração por meio da cobrança de pedágio. O contrato de concessão prevê o reajuste anual da tarifa de pedágio com base em fórmula paramétrica baseada na variação dos índices IT, IP, IOAE, INCC, IC e IGPM, calculados pela Fundação Getúlio Vargas.

Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Entretanto, a CLN terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução não conste no contrato de concessão e tenha sido devidamente autorizada pelo Poder Concedente.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 27 de abril de 2005, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, foi assinado o Termo Aditivo de Re-Ratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Público nº 002/00, firmado entre a Companhia e a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA. No aditivo foi determinado o aumento do prazo do Contrato de Concessão por mais dez anos, passando a ter seu término em 20 de março de 2035.

Em virtude da abertura de “rotas de fuga” por iniciativa da Prefeitura Municipal de Camaçari, a CLN enfrentou uma considerável queda em suas receitas operacionais.

3. Contratos de concessão--Continuação

b) CLN--Continuação

Em novembro de 2011, a referida “rota de fuga” foi fechada em virtude da decisão da 5ª vara da fazenda pública do Estado da Bahia, sendo reaberta em dezembro pela 5ª vara que acatou o recurso da prefeitura municipal de Camaçari.

Em 26 de janeiro de 2012, a “rota de fuga” voltou a ser fechada por decisão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Bahia. Até a data de conclusão destas informações trimestrais a “rota de fuga” permanecia fechada.

c) CART

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART detém o direito de operar e explorar, através de cobrança de pedágio, a concessão outorgada em 16 de março de 2009 pelo estado de São Paulo, representado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de São Paulo - ARTESP, das rodovias SP-270, SP-225, SP-327 e acessos, com prazo de 30 anos, contados a partir do início das operações, ocorrido em 17 de março de 2009.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustadas anualmente, com data base no mês de julho, pela variação do IPCA do período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela ARTESP, que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

Como contrapartida à concessão outorgada pela ARTESP à CART, foi paga outorga fixa de R\$668.901 e serão realizados investimentos da ordem de R\$2.250.281 para ampliação da rodovia, construção de postos de pesagem, trevos, alças, passarelas, instalação de postos de serviços de atendimento aos usuários, entre outras melhorias.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Contratos de concessão--Continuação

c) CART--Continuação

Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A CART terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, tenha sido devidamente autorizada pelo Poder Concedente, e ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

d) METRÔRIO

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - METRÔRIO detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da venda de passagens, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o METRÔRIO e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Além da receita com passagens, o METRÔRIO faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão.

O METRÔRIO é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao METRÔRIO a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens; sendo responsabilidade do METRÔRIO zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Contratos de concessão--Continuação

d) METRÔRIO--Continuação

Em 27 de dezembro de 2007, o METRÔRIO firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038. Até aquele momento, com base nos termos até então vigentes, a concessão se encerraria em 27 de janeiro de 2018. A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo METRÔRIO, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte.

O Contrato determinava e o Aditivo manteve o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado ("IGP-M"), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

No evento da extinção do contrato de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à concessão. O METRÔRIO terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

e) CBN

A Concessionária Bahia Norte S.A. - CBN detém o direito de operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, trechos das rodovias BA 093, BA 512, BA 521, BA 524, BA 526 e BA 535, sistema rodoviário Bahia Norte, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pela AGERBA em 17 de agosto de 2010.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Contratos de concessão--Continuação

e) CBN--Continuação

O contrato de concessão tem duração de 25 anos, contados a partir da data da assunção, e a tarifa será reajustada anualmente pelo IPCA. Durante a vigência do contrato estão previstos investimentos da ordem de R\$ 805.000 para ampliação da capacidade de tráfego, implantação de acostamentos, construção de passarelas e adequação de paradas em trechos urbanos, entre outras melhorias.

Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

f) CRT

A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de explorar mediante cobrança de pedágio, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a rodovia BR-40/RJ até Além Paraíba, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. O convênio destina 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Contratos de concessão--Continuação

f) CRT--Continuação

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

No programa de Exploração da Rodovia – PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 199.963.

Em 27 de agosto de 2012 foi assinado quarto aditivo ao contrato de concessão, com a adoção do fluxo de caixa marginal para as novas obras (não previstas no PER), além do IPCA em substituição a fórmula paramétrica.

g) CRA

A Concessionária Rota do Atlântico S.A. detém o direito de operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes o Complexo Viário e Logístico de SUAPE - Express Way, promovendo o desenvolvimento e a implementação de soluções de integração entre o Porto de SUAPE e as indústrias e acessos rodoviários nele situados. No contrato de concessão estão previstos investimentos da ordem de R\$ 300.000 ao longo dos 35 anos de concessão.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária.

3. Contratos de concessão--Continuação

g) CRA--Continuação

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

h) LAMBRA

A Linea Amarilla S.A.C. - LAMSAC, que o Grupo Invepar detém o controle através da Linea Amarilla Brasil Participações S.A. - LAMBRA, detém contrato de operação e exploração da via expressa denominada

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Linea Amarilla. O contrato de concessão foi assinado em 12 de novembro de 2009 e tem prazo de 30 anos, sendo outorgado pela *Municipalidad Metropolitana de Lima*, Peru. Nos termos do contrato o prazo de concessão poderá ser renovado por períodos adicionais de até 5 anos e que não excedam a um prazo máximo de 60 anos, desde que não tenham sido aplicadas à LAMSAC, pelo poder concedente, penalidades em valor superior a U\$ 20.000 mil e que a LAMSAC assuma novos compromissos de infraestrutura.

Nos termos do contrato a LAMSAC deverá construir, manter e operar a infraestrutura rodoviária do projeto denominado Linea Amarilla, com direito a cobrança da tarifa de pedágio no prazo da concessão.

Nos termos do contrato de concessão a LAMSAC, deverá: retornar ao poder concedente os bens reversíveis, após o término do contrato de concessão; Explorar e manter a seção 1 do projeto linea amarilla; Construir e explorar a seção 2 do projeto Línea Amarilla; e Construir em até 24 meses após conclusão das obras da seção 2 do projeto Línea Amarilla um corredor para tráfego de ônibus urbanos nas áreas da seção 1 do projeto. Estas obras serão transmitidas ao poder concedente depois de concluídas e a Companhia não receberá nenhuma contrapartida.

Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, são contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária.

3. Contratos de concessão--Continuação

i) GRU

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A - "GRU", que o Grupo Invepar detém o controle através da Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - "GRU PAR", detém contrato de operação e exploração do Aeroporto Internacional de Guarulhos na cidade de mesmo nome no estado de São Paulo. O contrato de concessão foi assinado em 14 de junho de 2012 e tem prazo de vigência de 20 anos, sendo outorgado pela Agência Nacional de Aviação Civil. Nos termos do contrato o prazo de concessão poderá ser prorrogado por período adicional de até 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de Revisão Extraordinária.

O objeto do contrato é a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Complexo Aeroportuário. A remuneração da concessionária será composta de receitas tarifárias e não-tarifárias.

A participação direta da INVEPAR no negócio corresponde a 45,9%, uma vez que:

- a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroporto de Guarulhos Participações S.A (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49%;

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) O Acionista Privado é uma sociedade de propósito específico formado pela seguinte composição acionária: INVEPAR com 90%, podendo ser reduzido a 80% e ACSA com 10% podendo ser estendido a 20%.

Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, são contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária.

A transferência das operações aeroportuárias e início da prestação de serviços por parte da concessionária está prevista para ocorrer em 15 de novembro de 2012.

3. Contratos de concessão--Continuação

j) CTO

A Concessionária Transolímpica S.A. detém o direito de operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes o sistema rodoviário objeto da Concessão, composto pelo trecho a ser construído ligando a Avenida Brasil, no seu entroncamento com a Avenida da Equitação, em Magalhães Bastos, e se estendendo até a Estrada dos Bandeirantes, no seu entroncamento com a Avenida Salvador Allende, em Curicica, incluindo seus acessos e faixas de domínio.

O objeto do Contrato é a concessão para implantação e exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de operação, manutenção, monitoramento e realização de melhorias da Ligação Transolímpica nas condições estabelecidas no Contrato, segundo os parâmetros de desempenho e as especificações mínimas estabelecidas no PEC - Programa de Exploração da Concessão. O prazo da concessão será de 35 (trinta e cinco) anos, podendo ser estendido para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A concessionária é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, recebimento de subsídios e receitas extraordinárias de atividades relacionadas à concessão. A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato.

Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, são contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Até o momento não houve gastos relevantes no projeto.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	367	4.566	36.255	19.396
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósito Bancário CDB	560.763	176.001	877.061	185.340
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	52.082	40.013	52.082	61.337
Outros			10.527	241
Caixa e equivalentes de caixa	613.212	220.580	975.925	266.314
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósito Bancário CDB	-	-	286.733	55.033
Letras financeiras do tesouro (a)	-	-	126.021	-
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional (a)	-	-	42.855	-
Fundo cambial (a)	-	-		239.036
Outros	-	-	29.367	17.860
Aplicações financeiras	-	-	484.976	311.929
Total	613.212	220.580	1.460.901	578.243
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	613.212	220.580	975.925	266.314
Aplicação financeira	-	-	450.628	277.320
Não circulante				
Aplicação financeira	-	-	34.348	34.609

(a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido da controlada MetrôRio junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta específica para este fim; e conseqüentemente não são de pronta disponibilidade para Administração da Companhia.

Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera uma aplicação financeira de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI, Certificados de Depósito Bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras--Continuação

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. O montante aplicado em moeda doméstica refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 96,0% e 103,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e em sua grande maioria, com liquidez imediata.

As aplicações financeiras bloqueadas ou em garantias referem-se a aplicações das controladas CLN, CBN, CART, METRÔRIO e LAMSA, as quais estão ou bloqueadas judicialmente ou são garantias de empréstimos ou estão atreladas ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão e por isso não são consideradas equivalentes de caixa.

5. Contas a receber

	Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011
Ativo circulante		
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (a)	4.231	3.799
Valores a receber de bilhetes (b)	1.880	4.110
Valores a receber de pedágio (c)	31.501	25.101
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.018)	(1.267)
Outros	179	74
Total	33.773	31.817
Ativo não circulante		
Governo Estadual (d)	5.527	4.365
Total	5.527	4.365

- (a) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios) da controlada METRÔRIO.
- (b) Receita de passagens a prazo a clientes corporativos, receita em custódia da transportadora de valores e receita na bilheteria a recolher da controlada METRÔRIO.
- (c) Receita de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas das controladas LAMSA, CART, CBN e CRT. O prazo médio de recebimento desses valores é de aproximadamente 30 dias.
- (d) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro pela controlada METRÔRIO.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber--Continuação

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011
Saldo no início do período	(2.997)	(3.641)
Adições	(3.987)	(514)
Reversão	2.966	2.888
Saldo no fim do período	(4.018)	(1.267)

6. Estoques

	Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011
Materiais auxiliares, de manutenção e bilhetes	11.663	8.578
Adiantamento a fornecedores	1.326	3.540
Importações em andamento	915	1.388
Outros	168	29
Total	14.072	13.535

7. Impostos, taxas e contribuições

a) Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social	24	9.109	37.184	21.503
PIS e COFINS	71	129	151	209
ISS	-	-	126	126
IRRF	24.253	-	4.386	1.508
Outros	-	-	1.265	1.394
Circulante	24.348	9.238	43.112	24.740
Imposto de renda e contribuição social	1.084	1.443	5.986	1.443
Não circulante	1.084	1.443	5.986	1.443

Os impostos a recuperar referem-se, basicamente, às antecipações ou valores passíveis de compensação da Companhia e de suas controladas.

7. Impostos, taxas e contribuições--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (consolidado)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As controladas CART, METRÔRIO, LAMSA e LAMSAC, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores pelas controladas.

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

Natureza	Consolidado		
	30/09/2012	31/12/2011	
Prejuízo fiscal	98.919	75.811	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com prejuízo fiscal.
Base negativa de contribuição social	33.799	27.472	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com base negativa de contribuição social.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.366	1.781	Realização pelo recebimento ou efetivação da perda ou pela aquisição de dedutibilidade face ao ajuizamento da cobrança e prazo de vencido superior a 2 anos.
Provisão para contingências	4.646	4.774	Expectativa de realização conforme o julgamento das causas (ações judiciais cuja perda é considerada provável)
Excesso amortização outorga suplementar	12.897	8.158	Expectativa de realização conforme pagamento da outorga suplementar.
Outros	22.446	17.306	Outros
	174.073	135.302	

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos, taxas e contribuições--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (consolidado)
--Continuação

A Administração da Companhia e das controladas METRÔRIO, CART, LAMSA E LAMSAC consideram que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o lucro, as controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

2013	25.342
2014	1.803
2015	9.203
2016	24.592
2017	31.312
2018 em diante	81.821
	174.073

c) Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social	2.641	-	19.950	20.442
PIS e COFINS	107	86	3.677	4.092
ISS	27	41	4.042	4.161
ICMS	-	-	223	34
IRRF	355	382	1.649	2.282
Taxa Agetransp	-	-	472	492
INSS s/ terceiros	455	261	959	1.470
Outros	169	150	906	1.367
Circulante	3.754	920	31.878	34.340
Imposto de renda e contribuição social	-	-	8.817	1.722
PIS e COFINS	-	-	214	208
Não circulante	-	-	9.031	1.930

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos, taxas e contribuições--Continuação

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do período

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	27.119	(51.651)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(9.220)	17.562
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do exercício:		
Adições permanentes	(11.509)	(671)
Diferenças temporárias	-	4.361
Exclusões permanentes	10.041	3.090
Outros	5.321	(4.242)
Exclusão de bases fiscais negativas	(5.797)	(4.279)
Total dos impostos no resultado	(11.164)	15.821

8. Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas as taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações trimestrais.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas--Continuação

Em relação aos mútuos realizados entre controladora e suas partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas sociedades para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes e aprovados pelos órgãos da administração.

a) Composição

Controladora								
			30/09/2012					
			Ativo		Passivo		Resultado	
Parte relacionada	Transação	Relação	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receitas	(Despesas)
LAMSA	Diversos	Controlada	1.280	-	-	-	5.777	-
CART	Diversos	Controlada	1.169	-	-	-	4.341	-
CLN	JCP/ Outros	Controlada	330	1.244	-	-	1.515	-
CRT	Diversos	Controlada	1.148	-	-	-	3.182	-
METRORIO	Diversos	Controlada	3.879	-	281	-	49.733	-
CRA	Diversos	Controlada	-	-	-	-	50	-
			7.806	1.244	281	-	64.598	-

Controladora								
			31/12/2011					
			Ativo		Passivo		Resultado	
Parte relacionada	Transação	Relação	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receitas	(Despesas)
PREVI	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	-	(20.762)
PETROS	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	-	(20.762)
FUNCEF	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	-	(20.762)
LAMSA	Notas de débito	Controlada	-	-	-	-	3.882	-
CART	Notas de débito	Controlada	-	-	-	-	3.881	-
CLN	JCP/Outros	Controlada	-	1.244	-	-	1.090	-
MetrôRio	Debêntures	Controlada	38.415	498.712	-	-	84.319	-
CRA	Dividendos	Controlada	-	-	-	-	-	-
			38.415	499.956	70.689	332.475	93.172	(62.286)

Consolidado								
			30/09/2012					
			Ativo		Passivo		Resultado	
Parte relacionada	Transação	Relação	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receitas	(Despesas)
Construtora OAS Ltda.	Adiantamento	Acionista direto	80.955	155.874	51.296	-	357	(110.007)
			80.955	155.874	51.296	-	357	(110.007)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas--Continuação

a) Composição--Continuação

			Consolidado		31/12/2011			
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receitas	(Despesas)
OAS Eng. e Part S.A.	Adiantamento	Acionista indireto	-	-	-	-	-	(166.998)
Construtora OAS Ltda.	Adiantamento	Acionista direto	12.413	9.292	12.505	-	-	(86.996)
PREVI	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	-	(20.762)
PETROS	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	-	(20.762)
FUNCEF	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	-	(20.762)
			12.413	9.292	83.194	332.475	-	(316.280)

b) Sumário das transações entre partes relacionadas

- i. O MetrôRio firmou contrato de empreitada em regime de preço global com a Construtora OAS Ltda. para a execução de obras de implantação da futura estação metroviária Uruguai. O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de 24 meses, é o de empreitada global, e o preço acordado entre as partes foi de R\$147.563, devendo os pagamentos serem realizados em parcelas mensais, de acordo com a evolução física dos serviços apurada mensalmente. O valor dos serviços em 30 de setembro de 2012 somam R\$56.843.
- ii. Em 31 de maio de 2010, a LAMSA adiantou o montante de R\$ 20.089 à Construtora OAS Ltda., para a execução de obras civis e melhorias na via, referente ao 11º termo aditivo do contrato de concessão. O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de 2 anos, é o de empreitada e o preço global acordado entre as partes foi de R\$ 211.412, devendo os pagamentos serem realizados mensalmente, abatendo do valor adiantado. Em 30 de setembro de 2012, o saldo do adiantamento era de R\$495 (R\$ 2.399 em 31 de dezembro de 2011).

8. Partes relacionadas--Continuação

b) Sumário das transações entre partes relacionadas--Continuação

- iii. Em 15 de março de 2010 o MetrôRio efetuou emissão privada de debêntures, que foram integralmente subscritas pela Invepar. Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2012, foram liquidadas as debêntures e o montante correspondente foi aplicado no aumento do capital social do MetrôRio, no valor de R\$ 514.160, tudo conforme previsto na Escritura de Emissão e nos termos do artigo 166, inciso III da Lei nº 6.404/76.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- iv. Em 06 de janeiro de 2012, a CART firmou contrato de mútuo com a Invepar no montante de R\$30.000. Este contrato possuía o vencimento em 30 dias, com encargos financeiros à taxa 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 0,2% a.m. calculados pro rata die. Em 16 de fevereiro de 2012 essa operação foi liquidada
- v. Em 05 de março de 2012, o MetrôRio firmou contrato de mútuo com a Invepar no montante de R\$100.000. Este contrato possuía o vencimento em treze dias, com encargos financeiros à taxa 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 0,2% a.m. calculados pro rata die. O contrato foi totalmente quitado em 01 de junho de 2012.
- vi. Em 21 de junho de 2012, a controlada CRA contratou junto a seus acionistas, OTP e Invepar, contrato de mútuo no montante de R\$ 30.000,00, igualmente divididos entre sócias, R\$ 15.000,00 cada uma, que será sacado em parcelas a critério exclusivo da CRA. O prazo de vencimento do saldo total do contrato terminará em 12 de setembro de 2012, que será corrigido pelo CDI + 0,20% a.m. Até 30 de setembro de 2012 os saldos referentes a este empréstimo foram totalmente quitados.
- vii. Em 31 de agosto de 2012, a controlada MetrôRio emitiu debêntures no montante de R\$155.475. Estas debêntures foram subscritas pela LAMSA..

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas--Continuação

b) Sumário das transações entre partes relacionadas--Continuação

Remuneração da administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da controladora, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta como segue:

Composição	Controladora		
	30/09/2012		
	Diretoria	Conselhos	Total
Pró-labore	1.848	669	2.517
Encargos	815	78	893
Bônus variáveis	2.227	-	2.227
Benefícios	282	-	282
Total	5.172	747	5.919

Composição	Controladora		
	30/09/2011		
	Diretoria	Conselhos	Total
Pró-labore	1.521	652	2.173
Encargos	304	130	434
Bônus variáveis	1.857	-	1.857
Benefícios	246	-	246
Total	3.928	782	4.710

Adicionalmente, a Companhia, assim como suas controladas, não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos

a) Informações sobre os investimentos da controladora

As participações em controladas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais das respectivas investidas em cada data-base.

Investida	Participação %	Quantidade de ações em 30/09/2012		Saldos em 31/12/2011					
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos	Integralização	Dividendos e JCP	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão	Amortização
LAMSA	99,99	51.927.409	103.854.827	116.332	-	(49.377)	68.741	-	-
CLN	91,49	10.463.020	18.257.592	45.416	-	-	3.486	-	-
CART	99,99	513.484.978	513.484.978	518.021	90.000	-	(20.088)	-	-
METRÔRIO	99,99	1.446.898.779	-	650.989	594.161	-	(3.716)	-	-
CBN	50,00	45.000.000	-	28.006	6.001	-	(298)	-	-
CRT	24,91	17.992	3.546	64.784	-	(3.770)	8.766	-	(3.770)
CRA	50,00	30.000	-	29.986	-	-	(3.200)	-	-
LAMBRA	99,99	248.927.225	-	-	829.170	-	(3.684)	31.2709	-
GRU	45,90	249.381.585	-	-	168.508	-	(9.300)	-	-
CTO	33,34	13.926.118	-	-	11.459	-	(935)	-	-
PEX	99,99	1.350.000	-	-	135	-	-	-	-
				1.453.534	1.6999.434	(53.147)	39.772	31.270	(3.770)

OBS: As informações sobre transações com partes relacionadas e aquisição de novos investimentos estão detalhadas na notas explicativas 8 e 12, respectivamente.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

a) Informações sobre os investimentos da controladora--Continuação

a.1) Outras informações sobre as controladas

	LAMSA		CLN		CART		METRÓRIO	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Ativo total	568.046	335.921	95.492	94.626	1.612.255	1.451.270	2.646.129	2.540.443
Passivo	432.349	219.589	42.048	44.991	1.029.812	938.738	1.404.696	1.889.454
Patrimônio líquido total	135.697	116.332	53.444	49.635	582.443	512.532	1.241.433	650.989
Capital social	54.118	54.118	31.394	48.564	715.000	625.000	1.344.160	750.000
Resultado do período (**)	68.741	57.740	3.809	2.636	(20.089)	(17.485)	(3.716)	(59.099)
	CBN (*)		CRT (*)		CRA (*)		GRU (*)	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Ativo total	422.819	320.252	204.711	170.142	116.033	61.304	348.404	-
Passivo	355.402	264.239	97.605	83.084	62.462	1.333	1.556	-
Patrimônio líquido total	67.419	56.013	107.110	87.058	53.571	59.971	346.848	-
Capital social	90.000	78.000	54.400	45.700	60.000	60.000	187.231	-
Resultado do período (**)	(595)	(21.155)	35.186	30.109	(6.400)	406	(10.334)	-
	PEX							
	30/09/2012	31/12/2011						
Ativo total	135	-						
Passivo	-	-						
Patrimônio líquido total	135	-						
Capital social	135	-						
Resultado do período	-	-						

(*) As informações acima de cada Companhia não levam em consideração o percentual de participação da INVEPAR.

(**) Nesta linha os saldos se referem ao mesmo período do ano anterior.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

b) MetrôRio

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 121.219 (R\$ 393.866 em 31 de dezembro de 2011). A Administração da controlada MetrôRio entende que, a partir dos investimentos que estão sendo efetuados para a expansão do sistema metroviário, construção da estação Uruguai, já iniciada, aquisições de 19 novas composições (114 carros metrô), já em fabricação e alguns já entregues, e a modernização das operações, certamente haverá um aumento significativo no número de passageiros pagantes, o que aumentará a geração de caixa operacional e permitirá o pagamento dos passivos.

Adicionalmente, a Administração da Companhia e da controlada MetrôRio têm atuado ativamente na avaliação e substituição das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, a Companhia efetuará o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades da Companhia.

b1) Aportes de capital

Em 11 de março de 2011 a INVEPAR subscreveu e integralizou na controlada MetrôRio R\$ 55.000, representados por 59.288.448 ações ordinárias, sendo (i) R\$ 35.000 por meio de aporte e (ii) R\$ 20.000 da integralização do AFAC realizado em 27 de março de 2009.

Em 28 de março de 2011 a INVEPAR subscreveu e aportou na controlada MetrôRio R\$ 15.000, representados por 16.296.165 ações ordinárias.

Em 15 de julho de 2011, a INVEPAR subscreveu e integralizou na controlada MetrôRio R\$ 30.000 representados por 32.530.532 ações ordinárias.

Em 02 de março de 2012, a INVEPAR subscreveu e integralizou na controladas MetrôRio R\$80.000, mediante a emissão de 90.014.070 (noventa milhões, quatorze mil e setenta) ações ordinárias, ao valor de R\$0,888749946 por ação.

Em 29 de junho de 2012, a INVEPAR integralizou R\$514.160, mediante a emissão de 598.769.564 (quinhentas e noventa e oito milhões, setecentas e sessenta e nove mil, quinhentas e sessenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

9. Investimentos--Continuação

c) CART

Em 30 de setembro de 2012, a CART apresenta capital circulante negativo de R\$ 366.715 (R\$ 34.866 em 31 de dezembro de 2011), proveniente dos compromissos assumidos com o pagamento de principal e juros sobre empréstimos e debêntures, captado para os investimentos assumidos no contrato de concessão. A administração da controlada entende que os recursos que serão obtidos através do aporte de capital e liberações programadas no Contrato de Empréstimo Sênior junto ao BNDES, assim como aumento no tráfego da via após as melhorias que estão sendo efetuadas e a obtenção de receitas

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

acessórias o que aumentará a sua geração de caixa operacional e permitirá o pagamento de seus passivos.

Em 28 de março de 2011 a INVEPAR subscreveu e aportou na controlada CART R\$ 25.000, representados por 19.871.297 ações ordinárias e 19.871.297 ações preferenciais.

Em 29 de junho de 2011, a Invepar subscreveu na CART o montante de R\$ 17.000, mediante a emissão de 13.836.879 ações ordinárias e 13.836.879 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Tal montante foi totalmente integralizado nesta mesma data, à vista, com crédito dos recursos em conta corrente bancária da CART.

Em 15 de julho de 2011, a INVEPAR subscreveu e integralizou na controlada CART R\$ 39.000, representados por 31.743.657 ações ordinárias e 31.743.657 ações preferenciais.

Em 21 de dezembro de 2011, a Invepar subscreveu e integralizou na CART R\$ 32.000, mediante emissão de 26.573.362 ações ordinárias e 26.573.362 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2012 a Invepar subscreveu e integralizou na CART R\$55.000, mediante emissão de 481.338.902 ações ordinárias e 481.338.902 ações preferenciais, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, os quais foram isubcritos e integralizados em 17 de julho de 2012.

9. Investimentos--Continuação

c) CART

Em 31 de agosto de 2012, a Invepar subscreveu na CART o montante de R\$ 35.000, mediante a emissão de 32.146.076 ações ordinárias e 32.146.076 ações preferenciais, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, integralizado em 28 de setembro de 2012.

d) LAMSA

Em 30 de setembro de 2012, a controlada LAMSA apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 24.808 (R\$ 198.649 em 31 de dezembro de 2011), devido ao alto investimento assumido em 2010, conforme o 11º aditivo do contrato de concessão(R\$ 254.000) e a não estruturação completa de suas fontes de financiamento, o que já vem sendo trabalhado pela administração da Companhia que visa alongar o perfil da dívida. Com o 11º aditivo, a controlada LAMSA estendeu o prazo da concessão por 15 anos, prazo em que irá recuperar o investimento.

e) CBN

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 01 de novembro de 2011, a Invepar subscreveu e integralizou na CBN o montante de R\$ 4.000, mediante a emissão de 4.000.000 (quatro milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1 (um real), integralizadas em moeda corrente do país.

Em 8 de maio 2012, a Invepar subscreveu e integralizou na CBN o montante de R\$ 2.000 mediante a emissão de 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real), integralizadas em moeda corrente do país. A subscrição e integralização das ações ocorreram de forma proporcional à participação de cada acionista.

Em 8 de agosto 2012, a Invepar subscreveu e integralizou na CBN o montante de R\$ 4.000 mediante a emissão de 4.000.000 (quatro milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real), integralizadas em moeda corrente do país. A subscrição e integralização das ações ocorreram de forma proporcional à participação de cada acionista.

9. Investimentos--Continuação

f) CRT

O capital circulante líquido (CCL) em 30 de setembro de 2012 foi negativo em R\$ 7.157 (R\$ 9.592 em 31 de dezembro de 2011) em função dos impactos financeiros, decorrentes do sinistro ocorrido em janeiro de 2011, motivado pelas fortes chuvas que se abateram na região serrana do Rio de Janeiro. A renovação da apólice de seguro da rodovia foi onerada pelas condições adversas. A regulação do sinistro (reembolso da seguradora das obras já realizadas pela companhia em função das chuvas) encontra-se em processo de análise, com liberações por parte do resseguro/segurador ocorrendo após análise/validação entre os peritos nomeados por estes e os técnicos e consultores da Companhia.

A Companhia está estudando junto ao mercado opções de financiamento de longo prazo para obras, que por ventura, não venham a ser cobertas pelo seguro, uma vez que os danos estimados preliminarmente superam o valor da apólice. A CRT poderá reduzir temporariamente seu fluxo de dividendos e remuneração das debêntures de sua emissão para atender eventuais necessidades de caixa decorrentes da regulação do sinistro citado acima.

g) CRA

g.1) Proposta vencedora

Em 14 de abril de 2011, o Consórcio SUAPE Rodovias, integrado pela INVEPAR e pela Odebrecht Transport Participações S.A., em iguais participações, apresentou proposta vencedora da licitação promovida pelo Governo do Estado de Pernambuco, nos termos do Edital de Concessão nº 001/2010, para a operação, manutenção e exploração, por meio da cobrança de pedágio do Complexo Viário e Logístico de SUAPE - Express Way, promovendo o desenvolvimento e implementação de soluções de integração entre o Porto de SUAPE e as indústrias e acessos rodoviários nele situados, onde ocorrerão investimentos da ordem de R\$ 300.000 ao longo dos 35 anos de concessão.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

g) CRA--Continuação

g.2) Aportes de capital

Em 10 de junho de 2011 e 14 de julho de 2011 a INVEPAR aportou os montantes de R\$ 3.000 e R\$ 27.000, respectivamente, na CRA. Em 18 de julho de 2011, CRA assinou o contrato da Concessão com o poder concedente.

h) GRUPAR

h.1) Proposta vencedora

Em 06 de fevereiro de 2012, a INVEPAR venceu, em consórcio com a Airports Company South Africa Soc Limited - ACSA, o leilão da concessão de serviços públicos para construção parcial, manutenção e exploração do

Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos em São Paulo. Para explorar a concessão foi criada a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - "GRU" da qual o Consorcio INVEPAR - ACSA, através da Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - "GRU PAR", possui 51% (sendo 90% da INVEPAR e 10% da ACSA) e 49% são detidos pela Infraero, conforme o edital da licitação.

A concessão terá prazo de 20 anos e além dos investimentos requeridos, o consórcio se comprometeu a pagar através da GRU o montante de R\$16.213.000, que será atualizado pelo IPCA e amortizado anualmente pelo período da concessão (20 anos). Cabe à INVEPAR o montante de R\$ 7.457.980, proporcional à sua participação no capital da GRU.

O resultado do leilão foi homologado no dia 09 de abril de 2012 pela Agencia Nacional de Aviação Civil - ANAC e a assinatura do contrato foi efetivada em 14 de junho de 2012. A GRU espera assumir o controle e operação da concessão em 14 de novembro de 2012, data agendada junto a ANAC para o início das operações por parte da concessionária.

9. Investimentos--Continuação

h) GRUPAR--Continuação

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h.2) Aporte de capital

Em 25 de abril de 2012 a INVEPAR subscreveu na GRU PAR, 9.000 (nove mil) ações ordinárias e nominativas, no valor total de R\$ 9, tendo integralizado 1.000 (mil) ações ordinárias e nominativas, no valor total de R\$ 1 (hum mil reais).

Em 21 de maio de 2012 a INVEPAR subscreveu e integralizou na GRUPAR 3.125.787.819 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, na proporção de sua participação na controlada, totalizando R\$ 31.267.

Em 18 de setembro de 2012 a INVEPAR subscreveu e integralizou na GRUPAR 13.724.100 (treze milhões, setecentos e vinte e quatro mil e cem) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, na proporção de sua participação na controlada, totalizando R\$ 137.241.

i) LAMBRA

Em 21 de março de 2012, a Invepar passou a ser controladora da V.P.R. Brasil Participações S.A. ("VPR") com 100% do capital social da mesma, por meio da subscrição e integralização de ações da OAS. S.A. que era a única titular das ações representativas do patrimônio da VPR.

A Invepar herdou da extinta VPR Brasil Participações S.A., 100% do capital social da Linea Amarilla Brasil Participações S.A. ("LAMBRA"), que por sua vez, já havia adquirido o controle, ainda em 2010, da Línea Amarilla S.A.C. ("LAMSAC"), uma sociedade com sede no Peru, constituída em 06 de outubro de 2009 com objeto social de construção e exploração de uma via expressa na região metropolitana de Lima, conforme contrato de concessão firmado em 12 de novembro de 2009 junto a Municipalidad Metropolitana de Lima, no Peru, tendo a referida concessão um prazo de 30 anos.

9. Investimentos--Continuação

j) CTO

j.1) Proposta vencedora

Em 20 de abril de 2012 foi constituída a Concessionária Transolímpica S.A. que será a empresa responsável pela implantação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, e realização de melhorias do corredor viário expresso denominado Ligação Transolímpica, que ligará as regiões da Avenida Brasil, em Magalhães Bastos, à Avenida Salvador Allende, em Jacarepaguá, estando sua implantação está prevista no Plano Olímpico da Rio 2016, pois fará conexão entre os centros olímpicos da Barra da Tijuca e de Deodoro.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 26 de abril de 2012, foi celebrado o Contrato de Concessão da Ligação Transolímpica entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro na qualidade de Poder Concedente e a Concessionária Transolímpica S.A., nos termos do Edital de Concorrência Pública nº 44/2011 da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

j.2) Aportes de capital

Em 20 de abril de 2012 a INVEPAR subscreveu o montante de R\$ 4.001 na forma de 4.000.800 ações ordinárias, na proporção de sua participação na controlada em conjunto, integralizando imediatamente 10% deste valor.

Em 5 de junho de 2012 a INVEPAR subscreveu e integralizou o montante de R\$6.925 na forma de 6.924.718 ações ordinárias, na proporção de sua participação na controlada em conjunto, totalizando R\$10.926.

Em 31 de agosto de 2012 a INVEPAR subscreveu e integralizou o montante de R\$3.001 na forma de 3.000.600 ações ordinárias, na proporção de sua participação na controlada em conjunto, totalizando R\$9.000.

9. Investimentos--Continuação

k) PEX

Em 06 de julho de 2012 através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a PEX S.A. com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ e tendo como única subscritora de seu capital social a Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A - INVEPAR.

A nova empresa tem como objeto social a (i) exploração de serviços acessórios ao setor de transportes e estacionamento, inclusive a administração e intermediação de meio de pagamento de pedágios e estacionamentos; (ii) a realização de cobrança, recebimento, depósito, pagamento e administração de recursos, por conta e ordem dos usuários do serviço; e (iii) aquisição, manutenção, troca, venda, doação, locação e comodato de equipamentos como meio para a realização de suas operações.

No ato de sua constituição, a INVEPAR subscreveu R\$ 1.350 como seu capital social inicial, na forma de 1.350.000 ações ordinárias, tendo sido integralizados R\$ 135 na mesma data, e o restante no quarto trimestre de 2012. O prazo de duração da PEX S.A. é por período indeterminado.

10. Combinação de negócios

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de março de 2012 os acionistas deliberaram a incorporação por parte da Invepar da VPR Brasil Participações S.A. ("VPR"), com a emissão de 17.429.354 novas ações ordinárias e 34.858.708 novas ações preferenciais.

A Invepar herdou da extinta VPR Brasil Participações S.A., 100% do capital social da Linea Amarilla Brasil Participações S.A. ("LAMBRA"), que por sua vez, já havia adquirido o controle, ainda em 2010, da Línea Amarilla S.A.C. ("LAMSAC"), uma sociedade com sede no Peru, constituída em 06 de outubro de 2009 com objeto social de construção e exploração de uma via expressa na região metropolitana de Lima, conforme contrato de concessão firmado em 12 de novembro de 2009 junto a Municipalidad Metropolitana de Lima, tendo a referida concessão um prazo de 30 anos.

10. Combinação de negócios--Continuação

Considerando o valor correspondente ao patrimônio líquido contábil da LAMBRA (R\$ 396.633 em 21 de março de 2012, data da incorporação da VPR (única acionista da Lambra) pela INVEPAR) e o valor justo de seus ativos e passivos na aplicação das disposições emanadas do Pronunciamento Técnico - CPC 15 - Combinação de negócios o montante de R\$ 432.539 foi alocado em direito de concessão, como assim concluiu o laudo de avaliação emitido por empresa especializada contratada para a mensuração do valor justo dos ativos e passivos adquiridos.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada pelo período da concessão, considerando se tratar de ativo intangível com prazo de vida útil definida.

11. Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: (i) concessões rodoviárias; (ii) transportes urbanos; (iii) concessões aeroportuárias; e (iv) administração central.

A Companhia possui relatórios gerenciais que permitem segregar de forma confiável as receitas, custos e resultados por empresa. A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, principalmente, do recolhimento de tarifas de pedágio nas concessões rodoviárias e venda de bilhetes para os usuários da concessão metroviária.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Informações por segmento de negócios--Continuação

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes aos trimestres findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 são as seguintes:

	30/09/2012					
	Concessões rodoviárias	Transportes urbanos	Concessões Aeroportuárias	Administração central	Eliminações	Consolidado
Receita de serviços	390.553	378.973	-	-	-	769.526
Receita de construção	426.777	58.590	116.226	-	-	601.593
Receita total	817.330	437.563	116.226	-	-	1.371.119
Custo de serviços	(174.851)	(240.159)	-	-	-	(415.010)
Custo de construção	(424.524)	(57.670)	(116.226)	-	-	(598.420)
Lucro bruto	217.955	139.734	-	-	-	357.689
Despesas gerais e administrativas	(73.003)	(55.205)	(14.955)	(54.888)	(1)	(198.052)
Equivalência patrimonial	-	-	-	39.772	(39.772)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(78)	(5.938)	-	(1.022)	4	(7.034)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	144.874	78.591	(14.955)	(16.138)	(39.769)	152.603
Receitas financeiras	12.565	104.944	1.457	76.991	(40.872)	155.085
Despesas financeiras	(91.907)	191.151)	(18)	(38.365)	40.872	(280.569)
Resultado antes dos impostos	65.532	(7.616)	(13.516)	22.488	(39.769)	27.119
Imposto de renda e contribuição social	(12.424)	3.901	-	(2.641)	-	(11.164)
Correntes	(36.041)	-	-	(2.641)	-	(38.682)
Diferidos	23.617	3.901	-	-	-	27.518
Resultado antes da participação dos acionistas não controladores	53.108	(3.715)	(13.516)	19.847	(39.769)	15.955
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	3.182	-	710	3.892
Resultado líquido do período	53.108	(3.715)	(10.334)	19.847	(39.059)	19.847
Informações suplementares						
Depreciação e amortização	(60.692)	(70.163)	-	(4.045)	-	(134.900)
Investimento em controladas	145	-	-	3.167.440	(3.167.440)	145
Ativo total	3.373.990	2.646.129	348.404	3.828.765	(2.612.293)	7.584.994
Passivo – PL	2.323.716	1.404.696	1.556	10.534	(165.922)	3.574.580

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Informações por segmento de negócios--Continuação

	30/09/2011				
	Concessões rodoviárias	Transportes urbanos	Concessões aeroportuárias	Administração central	Eliminações Consolidado
Receita de serviços	329.655	330.676		-	660.331
Receita de construção	327.100	43.311		-	370.411
Receita total	656.755	373.987		-	1.030.742
Custo de serviços	(154.843)	(226.823)		-	(381.666)
Custo de construção	(319.034)	(41.253)		-	(360.287)
Lucro bruto	182.878	105.911		-	288.789
Despesas gerais e administrativas	(56.162)	(65.854)		(18.457)	(140.473)
Equivalência patrimonial	-	-		(19.306)	19.306
Outras receitas (despesas) operacionais	442	(2.041)		-	(1.599)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	127.158	38.016		(37.763)	146.717
Receitas financeiras	11.324	80.997		61.211	93.383
Despesas financeiras	(85.305)	(207.093)		(59.502)	(291.751)
Resultado antes dos impostos	53.177	(88.080)		(36.054)	(51.651)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	(33.752)	-		-	(33.752)
Diferidos	20.592	28.981		-	49.573
Resultado antes da participação dos acionistas não controladores	40.017	(59.099)		(36.054)	(35.830)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-		-	(224)
Resultado líquido do período	40.017	(59.099)		(36.054)	(36.054)
Informações suplementares					
Depreciação e amortização	47.509	73.206		665	121.380
Investimento em controladas	145	-		1.434.013	(1.433.839)
Ativo total	1.984.903	2.543.619		2.023.813	(1.898.673)
Passivo - PL	1.273.826	1.869.844		526.895	(518.290)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 30/09/2012
Custo						
Etiquetas eletrônicas	6,6	6.504	56	-	-	6.560
Instalações	13,6	3.706	152	-	-	3.858
Máquinas e equipamentos	9,2	36.407	4.833	(53)	73	41.260
Móveis e utensílios	9,2	11.484	994	(50)	(12)	12.416
Veículos	19,1	8.989	800	(346)	48	9.491
Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros	11,5	134.339	3.576	(28)	9.603	147.490
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	75.514	11.767	-	2.331	89.612
Equipamentos de informática	19,6	39.736	3.659	(184)	-	43.211
Peças sobressalentes*		12.107	12.275	-	(11.632)	12.750
Imobilizado em andamento		21.268	10.610	(25)	(411)	31.442
Adiantamento a fornecedores		5.468	4.712	(5.718)	-	4.462
Outros		2.883	1.086	(3)	-	3.966
Total		358.405	54.520	(6.407)	-	406.518
Depreciação acumulada						
Etiquetas eletrônicas		(5.987)	(141)	-	-	(6.128)
Instalações		(1.308)	(399)	-	-	(1.707)
Máquinas e equipamentos		(12.767)	(1.462)	42	-	(14.187)
Móveis e utensílios		(5.333)	(642)	11	-	(5.964)
Veículos		(6.372)	(1.873)	162	2.037	(6.046)
Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros		(93.287)	(12.594)	-	25.568	(80.313)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(1.630)	(1.953)	-	(29.723)	(33.306)
Equipamentos de informática		(19.209)	(5.894)	34	1.913	(23.156)
Outros		(2.016)	(175)	-	205	(1.986)
Total		(147.909)	(25.133)	249	-	(172.793)
Imobilizado líquido		210.496	29.387	(6.158)	-	233.725

*Peças de reposição que serão depreciadas quando aplicadas no ativo em questão

O grupo INVEPAR tem realizado ampliações e melhorias objetos dos contratos de concessão. Tendo em vista que tais obras foram financiadas com capital externo, a companhia efetuou a capitalização dos juros referentes aos montantes que foram usados nas obras, obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 foi de R\$ 22.753 (R\$ 10.901 em 30 de setembro 2011).

12. Imobilizado--Continuação

Adicionalmente, a Companhia não possui ativos dados em garantia, assim como leasings.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com o IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos quando do encerramento de 30 de setembro de 2012, não identificando necessidade de reconhecimento de qualquer perda por conta de redução ao valor recuperável de ativos.

13. Intangível

	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30/09/2012
Custo					
Software	17.522	12.408	(275)	-	29.655
Concessão de serviços públicos					
Outorga principal (a)	311.389	-	-	-	311.389
Outorga suplementar (b)	162.940	-	-	-	162.940
Outorga principal e suplementar (c)	867.120	120.947	(25)	-	988.042
Outorga ARTESP (d)	634.000	-	-	-	634.000
Direito de concessão - LAMSA (e)	314.141	32.893	-	-	347.034
Direito de concessão - CLN (e)	94.478	1.157	(1)	-	95.634
Direito de concessão - CART (e)	759.433	124.566	(1.429)	-	882.570
Direito de concessão - CBN (e)	133.050	65.458	(18)	-	198.490
Direito de concessão - CRT (e)	66.772	6.808	(63)	(13)	73.504
Direito de concessão - MetrôRio (f)	932.843	-	-	-	932.843

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Direito de concessão - CART (g)	5.957	-	-	-	5.957
Direito de concessão - CRA (e)	19.421	16.666	-	-	36.087
Direito de concessão - LAMBRA (e)	-	578.339	-	-	578.339
Direito de concessão - CRT (até 2021) (h)	47.931	-	-	-	47.931
Direito de concessão - CTO(e)	-	10.226	-	-	10.226
Direito de concessão - GRU (e)	-	116.230	-	-	116.230
Ágio LBR	-	675.901	-	-	675.901
Outros	2.031	2.147	-	13	4.191
Total	4.369.028	1.763.746	(1.811)	-	6.130.963
Amortização					
Software	(8.446)	(2.685)	41	14	(11.076)
Concessão de serviços públicos:					
Outorga principal (até 2018)	(164.555)	(6.892)	-	-	(171.447)
Outorga suplementar (até 2018)	(34.204)	(3.364)	-	-	(37.568)
Outorga principal e suplementar (até 2038)	(53.201)	(17.717)	-	-	(70.918)
Outorga ARTESP (até 2039)	(58.029)	(15.873)	(335)	-	(74.237)
Direito de concessão - LAMSA (até 2038)	(11.429)	(4.707)	-	-	(16.136)
Direito de concessão - CLN (até 2035)	(8.718)	(2.774)	-	-	(11.492)
Direito de concessão - CART (até 2039)	(37.963)	(21.751)	1.726	-	(57.988)
Direito de concessão - MetrôRio (até 2038)	(88.573)	(24.148)	-	-	(112.721)
Direito de concessão - CBN (até 2035)	(3.424)	(4.253)	-	-	(7.677)
Direito de concessão - CRT (até 2021)	(30.992)	(2.274)	51	(10)	(33.225)
Direito de concessão - CRT (até 2021) (h)	(4.833)	(3.268)	-	-	(8.101)
Outros	(164)	(61)	14	(4)	(215)
Total	(504.531)	(109.767)	1.497	-	(612.801)
Intangível líquido	3.864.497	1.653.979	(314)	-	5.518.162

- (a) Decorrente do direito de outorga principal para o primeiro período de concessão da controlada MetrôRio (até 27 de janeiro de 2018): O montante contabilizado referente ao Ativo intangível - Outorga principal, de R\$ 311.389, é referente ao direito da Outorga principal de exploração da Concessão para o período até 27 de janeiro de 2018.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível--Continuação

- (b) O montante contabilizado referente ao Ativo intangível - Outorga suplementar, de R\$162.940, é referente ao direito da Outorga suplementar de exploração da Concessão para o período até 27 de janeiro de 2018. O valor contabilizado reflete os termos do 13º Parágrafo da 22ª Cláusula do 6º Aditivo. Tal Aditivo definiu o preço do direito da Outorga suplementar e, consequentemente, este passou a ser reconhecido no Ativo intangível.
- (c) Decorrente do direito de outorga principal e suplementar para o segundo período de concessão da controlada MetrôRio (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038): Através do 6º Aditivo, o MetrôRio e o poder concedente acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela controlada MetrôRio, são reconhecidos no ativo intangível.
- (d) Pelo direito de exploração do sistema rodoviário compreendido pelas rodovias SP-270, SP-225, SP-327 e acessos, durante o prazo de 30 anos, a controlada CART, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o valor R\$ 634.000 em conta a favor do DER/SP, a título de outorga fixa.
- (e) Direitos de concessão decorrentes dos investimentos realizados por cada controlada na infraestrutura da concessão, obrigações dos respectivos contratos de concessão.
- (f) Direito de concessão obtido na aquisição de controle do Metrô-Rio: O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.
- (g) Direito de concessão obtido na aquisição do controle da CART: O valor do direito de concessão foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível--Continuação

- (h) Em 28 de maio de 2010, a Construtora OAS subscreveu, a valor de mercado, 2.867.545 ações ordinárias e 5.735.090 ações preferenciais de emissão da INVEPAR, avaliadas no montante total de R\$ 64.172, a serem integralizadas mediante a transferência para a titularidade da Companhia de 17.992 ações ordinárias e 3.545 ações preferenciais de emissão da Concessionária Rio Teresópolis (CRT). Para a concretização de tal operação era necessária a anuência do poder concedente, o que ocorreu no dia 02 de dezembro de 2010. Sendo assim, em 20 de dezembro de 2010 as ações de emissão da CRT detidas pela Construtora OAS foram transferidas para a INVEPAR. Após tal operação, a Companhia passou a ser detentora de ações da CRT que representam 36,88% do capital votante e 24,91% do capital total.

Considerando que o valor correspondente à participação da INVEPAR no patrimônio líquido contábil da CRT em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 16.241, o excedente apurado de R\$ 47.931 foi alocado em direito de concessão como assim concluiu o laudo de avaliação de empresa especializada contratada para a mensuração do valor justo dos ativos e passivos adquiridos.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada pelo período da concessão, considerando se tratar de ativo intangível com prazo de vida útil definida.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

► **Receitas**

As receitas foram projetadas pelo período da concessão, considerando o crescimento da base de clientes da Unidade Geradora de Caixa.

► **Custos e despesas operacionais**

Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da controlada bem como, com o crescimento das receitas.

► **Investimentos de capital**

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base, principalmente, nas obrigações contratuais e no histórico da concessão.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível--Continuação

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da controlada e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no trimestre findo em 30 de setembro de 2012, visto que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

i) Prazo de amortização

A amortização do intangível referente às concessões é linear de acordo com o número de dias restantes para o final do período de cada concessão. O valor é registrado na conta de despesa de amortização da concessão, no custo com receitas de passagens e/ou pedágios e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

14. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Tipo	Vencido.	Indexador	Encargos anuais	Circulante	Não circulante	30/09/2012	31/12/2011
HSBC, BNB, Bradesco, CEF, Santander	Capital de giro e conta garantida	Abr/12 a abr/16	CDI	+1,51% a +15,00%	863	41.391	42.254	41.569
BNB, Desenharia, BCP, Interbank	Outros	Nov/17 a ago/31	TJLP	+3,00% a +10,00%	4.940	587.381	592.321	494.417

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BND	Direto	Mai/15 a out/24	TJLP	+1,72% a +2,02%	49.162	393.860	443.022	406.941
CEF, Calyon	Financiamento	Nov/16 a jun/34	TR, USD	+3,44% a +8,25%	5.604	264.767	270.371	271.403
BND	Sênior	Jul/17 a mar/24	TJLP, IPCA	+1,80% a +2,80%	47.172	494.126	541.298	473.096
Ajuste a valor presente					(1.680)	(1.008)	(2.688)	(2.000)
Total					<u>106.061</u>	<u>1.780.517</u>	<u>1.886.578</u>	<u>1.685.426</u>

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

2013	30.761
2014	156.515
2015	136.160
2016	140.593
2017	125.507
2018 em diante	1.190.981
	<u>1.780.517</u>

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Em 30 de setembro de 2012:

- ▶ R\$ 449.065 do saldo devedor é garantido por aval da INVEPAR.
- ▶ R\$ 271.866 do saldo devedor não tem garantias
- ▶ R\$ 387.385 do saldo devedor é garantido por Cessão fiduciária dos direitos creditórios, constituição de carta e fiança Invepar
- ▶ R\$ 28.764 do saldo devedor são garantidos por carta fiança.
- ▶ R\$ 529.633 do saldo devedor é garantido por o penhor da totalidade das ações da CART e a cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e cessão fiduciária dos direitos creditórios da conta centralizadora, que são compartilhados com as debêntures que foram emitidas em janeiro de 2011. Além do aval da Invepar durante o período de 2 anos e cessão fiduciária dos direitos creditórios da conta reserva, não compartilhados com os debenturistas. Possui cláusula restritiva financeira, como segue: ICSD $\geq 1,2$ e PL/ Ativo total $\geq 20\%$ da CART, a qual foi plenamente atendida.
- ▶ R\$ 53.957 do saldo devedor são garantidos por Cessão fiduciária dos direitos creditórios e constituição de conta-reserva Possui cláusula restritiva financeira, como segue: EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas superior ou igual a 2,0. Em função das disposições do item 74 do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, o MetrôRio, por não ter atingido o referido índice exigido em contrato, procedeu à reclassificação do montante passivo de R\$ 10.469, do não circulante para o circulante.
- ▶ R\$ 17.907 em empréstimos são garantidos por Penhor da totalidade das ações ordinárias da CLN, fiança da Invepar, fundo de liquidez, cessão fiduciária dos direitos creditórios e cessão de indenização em caso de perda de arrecadação.
- ▶ R\$ 148.001 do saldo é garantido por penhor de ações da CBN, cessão fiduciária e vinculação de direitos emergentes, cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios, fundo de liquidez em conta reserva e contrato de suporte de acionistas.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Debêntures

a) Invepar

Em 15 de março de 2010, foram emitidas e subscritas 900 debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 500, perfazendo o valor total de R\$450.000. A oferta pública, com esforços restritos de colocação de debêntures, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da INVEPAR realizada em 04 de março de 2010. Os recursos foram utilizados para integralização de debêntures privadas emitidas pela controlada MetrôRio, que utilizará estes recursos na execução de seu plano de investimentos e expansão. A Invepar quitou integralmente este passivo junto a seus debenturistas no

1º trimestre de 2012 (R\$ 537.549 em 31 de dezembro de 2011).

b) CRT

Em 31 de dezembro de 2001, a controlada em conjunto CRT emitiu debêntures no montante de R\$ 62.963 mil, sendo R\$ 12.949 referente ao valor nominal e R\$ 50.014 referente ao prêmio, tendo sido comercializado o total de R\$ 37.287 mil, sendo R\$ 7.668 mil referente ao valor nominal e R\$ 26.919 referente ao prêmio de emissão. Tais debêntures foram emitidas com prêmio de R\$ 2,1653 por título na data de emissão e são remuneradas com base no lucro da CRT. As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da CRT, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

Debenturistas	Moeda	Vencimento	Principal	Saldo 30/09/2012
REAL GRANDEZA	R\$	20/02/2021	1.673	1.673
FUNTERRA	R\$	20/02/2021	181	181
PRECE	R\$	20/02/2021	1.593	1.593
FAPES	R\$	20/02/2021	1.325	1.325
GEIPREV	R\$	20/02/2021	181	181
			4.953	4.953

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Debêntures--Continuação

b) CRT--Continuação

Avaliação de conversões futuras

Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures, em 30 de setembro de 2012 foi feita a avaliação por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura, com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação e demais variáveis previstas na escritura de debêntures na data de encerramento das informações trimestrais. A administração concluiu ser nulo o valor justo das opções, em função de que a conversão das debêntures em ações não se mostra ideal. Em razão das premissas utilizadas para estes cálculos poderem variar ao longo do tempo a estimativa do valor justo poderá variar comparativamente aos valores reais no futuro.

c) CART

Em 24 de janeiro de 2011, foram emitidas e subscritas 40 debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$ 10.000 cada, remuneradas a 116,5% do CDI com vencimento para 24 de janeiro de 2013. Tais debêntures foram captadas pelo Banco Bradesco e HSBC, conforme quadro abaixo:

Debenturistas	Moeda	Encargos anuais	Vencimento	Principal	Juros	Saldo em 30/09/2012
Banco do Bradesco	R\$	116,5% do CDI	24/01/2013	300.000	5.255	305.255
HSBC	R\$	116,5% do CDI	24/01/2013	100.000	1.752	101.752
				400.000	7.007	407.007

As debêntures têm como garantias o penhor da totalidade das ações da CART e a cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e cessão fiduciária dos direitos creditórios da conta centralizadora, que são compartilhados com o financiamento do BNDES. Possui cláusula restritiva financeira, como segue: ICSD $\geq 1,2$ e PL/ Ativo total $\geq 20\%$. As cláusulas restritivas foram atendidas.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Debêntures--Continuação

d) LAMSA

Em 10 de janeiro de 2012, a Companhia emitiu 18.000 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10 cada, perfazendo o montante de R\$ 180.000. Sobre as debêntures incidirão juros remuneratórios equivalentes a 107,50% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimento em 04 de janeiro de 2013, para fazer face aos investimentos decorrentes do aditivo ao contrato de concessão. Em 06 de julho de 2012 estas debêntures foram totalmente liquidadas.

Em 31 de maio de 2012 a Companhia emitiu 386.722 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$1 (um mil reais) cada, perfazendo o montante de R\$386.722. As Debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% ao ano, base 252 dias. Para esta operação a Companhia apresentou como seu Fiador a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (Metrôrio). Em 30 de setembro de 2012 o saldo referente a este passivo era de R\$ 398.979.

Debenturistas	Moeda	Encargos anuais	Vencimento	Principal	Juros	Saldo em 30/09/2012
Caixa Econômica Federal	R\$	9,5% + TR	31/05/2027	386.722	12.257	398.979
				386.722	12.257	398.979

e) METRÔRIO

Em 14 de março de 2012, foram subscritas 10.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10 (dez mil reais), perfazendo o valor total de R\$100.000 (cem milhões de reais). Sobre as debêntures incidirão juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros - DI, acrescidas de 1,50% a.a. com vencimento em 14 de março de 2014. Os recursos oriundos da captação serão destinados para a quitação de dívidas vincendas da Companhia.

15. Debêntures--Continuação

e) METRÔRIO--Continuação

As Debêntures são objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de colocação e melhores esforços de colocação a serem outorgados à Companhia pelo HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, sendo R\$50.000 em regime de garantia firme de colocação e R\$50.000 em regime de melhores esforços de colocação. O prazo máximo para colocação das Debêntures pela Emissora será de 60 dias, contatos da data de emissão.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 03 de maio de 2012 foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Companhia.

Conforme Termo de Adesão fica estabelecido que a Caixa Econômica Federal realizará a colocação das Debêntures ofertadas, sob o regime de garantia firme de colocação para o montante de R\$50.000, representando 5.000 Debêntures.

Em 31 de maio de 2012, foi desembolsado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$50.000.

Debenturistas	Moeda	Encargos anuais	Vencimento	Principal	Juros	Saldo em 30/09/2012
HSBC	R\$	CDI + 1,50%	14/03/2014	100.000	5.349	105.349
				100.000	5.349	105.349

O cronograma de amortização do total das debêntures de todas as controladas acima mencionadas reflete os valores abaixo:

2014	105.349
2015	18.799
2016	32.227
2017	32.227
2018	32.227
2019	32.227
2020 em diante	240.926
Total	493.981

Nenhuma das debêntures do grupo INVEPAR possui cláusula de repactuação, e seus custos de captação quando não imateriais, foram capitalizados, de modo que não existe qualquer saldo material de custo a ser realizado.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Concessão de serviço público

	Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011
Circulante		
Outorga principal (a)	158.421	183.123
Outorga principal e suplementar (a)	142.580	164.810
Outorga variável CART	665	536
	301.666	348.469
Não circulante		
Outorga principal (a)	1.473	1.354
Outorga suplementar (b)	49.988	55.745
Outorga principal e suplementar (a)	1.326	1.219
Provisão para obrigação contratual (c)	93.720	-
	146.507	58.318
Total	448.173	406.787

- (a) Refere-se ao ônus da concessão da controlada MetrôRio, assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, o saldo de R\$ 159.895 em 30 de setembro de 2012 será pago pela controlada MetrôRio em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018.
- (b) De acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato, o Poder Concedente tem direito de revisão do preço da Outorga da controlada MetrôRio no evento da realização das expansões descritas nos Parágrafos 6º e 7º da Cláusula 1ª do Contrato. Até 30 de setembro de 2012, a controlada MetrôRio recebeu do Poder Concedente 3 estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório.

Através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, a controlada MetrôRio assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ em contrapartida ao pagamento da Outorga suplementar, inclusive referente à Estação General Osório. Em 30 de setembro de 2012, esse compromisso somava R\$ 49.988 (R\$ 55.745 em 31 de dezembro de 2011), líquido do montante penhorado da renda da controlada MetrôRio e já depositado judicialmente, no valor total de R\$ 52.081 (R\$49.541 em 31 de dezembro de 2011). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo

16. Concessão de serviço público--Continuação

Poder Judiciário; e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem. Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a controlada MetrôRio está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Como parte das obrigações assumidas no contrato de concessão pela LAMSAC, a Companhia registrou o passivo de R\$ 93.720, considerando a conversão pela taxa de fechamento de setembro de 2012 (R\$ 79.576 à taxa de fechamento de março de 12, quando foi incorporada pelo Grupo Invepar) referentes ao compromisso de construir um corredor de ônibus nas áreas da seção 1 do projeto, que após a conclusão da obra, será transferido ao poder concedente sem o recebimento de qualquer contraprestação.

17. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Natureza da contingência	Saldo em 31/12/2011	Provisões adicionais	Provisões utilizadas	Provisões revertidas	Atualização monetária	Saldo em 30/09/2012
Trabalhistas	7.341	548	(3)	(750)	(184)	6.952
Cíveis	7.834	408	(11)	(1.389)	323	7.165
Tributária	182	-	(1)	-	-	181
Outros	985	-	-	-	-	985
Total	16.342	956	(15)	(2.139)	139	15.283
Depósitos judiciais	(1.126)	-	-	-	-	(1.126)
Contingências líquidas	15.216					14.157

17. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais --Continuação

a) Contingências cíveis

As controladas são parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário e metroviário.

b) Contingências trabalhistas

As controladas são parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. A Companhia e suas controladas são ré em processos de natureza cível, trabalhista e tributário, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Amparada na opinião de seus consultores jurídicos, não foi efetuada provisão para contingências com esta avaliação.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para manutenção

As controladas constituem provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 - Contratos de concessão e com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Para calcular a provisão a valor presente é utilizada a taxa de desconto de 10%. O saldo da provisão em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 19.513 (R\$ 14.679 em 31 de dezembro de 2011).

19. Patrimônio líquido (controladora)

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 3.351.960, representado por 429.171.372 ações, sendo 143.057.124 ações ordinárias e 286.114.248 ações preferenciais.

O capital social autorizado da INVEPAR é de R\$ 3.410.494, (R\$ 1.758.000 em 31 de dezembro de 2011) . Respeitado o limite autorizado, o qual só pode ser alterado por deliberação da Assembleia Geral, compete ao Conselho de Administração deliberar as emissões de ações, sendo certo que os aumentos de capital se destinarão preferencialmente a investimentos nas sociedades nas quais a INVEPAR participe ou que venha a participar, observando o objeto social.

A composição acionária da INVEPAR em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 está assim constituída:

	30/09/2012				31/12/2011	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%	Total	%
Construtora OAS Ltda.	3.051.499	5.735.090	8.786.589	2,05	8.786.589	2,95
OAS Participações S.A.	17.429.354	34.858.708	52.288.062	12,18	-	-
OAS Investimentos S.A.	15.283.428	28.523.582	43.807.010	10,21	43.807.010	14,72
BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações	35.764.281	73.939.746	109.704.027	25,56	109.704.027	36,85
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00	60.968.306	20,48
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00	74.421.977	25,00
Outros	-	-	-	-	-	-
Total	143.057.124	286.114.248	429.171.372	100,00	297.687.909	100,00

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações.

As ações preferenciais não terão direito a voto, porém terão direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

19. Patrimônio líquido (controladora)--Continuação

a) Capital social--Continuação

Aumentos de capital

Em 14 de julho de 2011, os acionistas FUNCEF e PETROS subscreveram e integralizaram na INVEPAR o montante total de R\$ 150.000 (R\$ 75.000 cada), representados no total por 3.644.962 ações ordinárias e 7.289.924 ações preferenciais.

Em 28 de dezembro de 2011, o acionista PETROS subscreveu e integralizou na INVEPAR o montante total de R\$ 207.875, representados no total por 4.484.557 ações ordinárias e 8.969.114 ações preferenciais.

Em 21 de março de 2012, a Assembleia Geral aprovou aumento de capital na INVEPAR pela qual foram emitidas 17.429.354 ações ordinárias (14,94% do total de ações desta classe) e 34.858.708 ações preferenciais (14,94% do total de ações desta classe) integralmente subscritas e integralizadas por OAS S.A., sociedade anônima fechada, com sede na Cidade e Estado de São Paulo. A OAS S.A. era a única titular das ações representativas do patrimônio da V.P.R. Brasil Participações S.A. ("VPR") que foram utilizadas na integralização deste aumento de capital. A VPR possuía patrimônio líquido de R\$ 396.633. A quantidade de ações a ser emitida tomou por base o valor justo da VPR e o montante de R\$ 432.539 equivalente a diferença entre o valor justo e o valor de livros da VPR foi registrado como reserva de capital, no patrimônio líquido.

Ainda em 21 de março de 2012 a Assembleia Geral aprovou um segundo aumento de capital com emissão de 26.398.467 (vinte e seis milhões, trezentas e noventa e oito mil, quatrocentos e sessenta e sete ações ordinárias e 52.796.934 (cinquenta e dois milhões, setecentos noventa e seis mil, novecentas e trinta e quatro) ações preferenciais, no montante total de R\$ 1.255.860.964,84 (um bilhão, duzentos e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), integralmente subscrito e integralizado em espécie pelos acionistas Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS ("PETROS") e Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF ("FUNCEF"), nas seguintes quantidades: (i) 10.956.955, ações ordinárias e 21.913.910 ações preferenciais pela acionista PETROS, no montante de R\$ 521.258; e

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) 15.441.512 ações ordinárias e 30.883.024 ações preferenciais pela acionista FUNCEF, no montante de R\$ 734.603.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido (controladora)--Continuação

a) Capital social--Continuação

Aumentos de capital--continuação

Nesta mesma data (21 de março de 2012), a Companhia foi comunicada pelos acionistas BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações ("Fundo BB") e OAS Investimentos S.A. ("OASI") a respeito da celebração, entre esses acionistas, de um instrumento particular de permuta de participações acionárias, por meio do qual foi ajustada uma permuta de ações ordinárias e preferenciais entre esses acionistas nas seguintes quantidades:

Acionista	Ações ON transferidas ou recebidas em permuta	Ações PN transferidas ou recebidas em permuta
OASI	(11.459.636)	11.459.636
Fundo BB	11.459.636	(11.459.636)

b) Reserva de retenção de lucros

A parcela remanescente do lucro líquido da INVEPAR de 31 de dezembro de 2009 foi destinada à reserva de retenção de lucros, de acordo com o Art. 196 da lei das sociedades por ações. Essa reserva de lucros foi totalmente consumida pelos prejuízos apurados em 31 de dezembro de 2010 e 2011.

c) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações. Parte do prejuízo apurado em 2011 foi absorvido por esta reserva.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	-	1	1.673	224
Juros ativos	-	80	1.471	98
Juros sobre aplicações financeiras	36.384	1.415	99.495	53.773
Juros sobre debêntures	37.794	58.858	411	-
Operações de <i>hedge</i>	-	-	-	4.839
Variação monetária ativa	802	183	5.327	4.414
Variações cambiais ativas	-	-	45.328	27.265
Remuneração de clientes	-	-	183	203
Intercompany	2.011	653	-	-
Outros	-	21	1.197	2.567
Total receitas financeiras	76.991	61.211	155.085	93.383
Despesas financeiras				
Comissões e despesas bancárias	(4.372)	(104)	(6.115)	(2.187)
Juros passivos	-	-	(143.306)	(115.874)
Operações de <i>hedge</i>	-	-	-	(23.111)
Variação monetária passiva	-	-	(10.632)	(9.784)
Variações cambiais passivas	-	-	(72.750)	(64.745)
Juros sobre debêntures	(33.398)	(58.858)	(34.868)	(61.038)
Ajuste a valor presente	-	-	(7.719)	(7.423)
Outros	(595)	(540)	(5.179)	(7.589)
Total despesas financeiras	(38.365)	(59.502)	(280.569)	(291.751)
Total resultado financeiro	38.626	1.709	(125.484)	(198.368)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Em decorrência do Contrato de Concessão, a controlada MetrôRio absorveu alguns funcionários da antiga operadora dos serviços, os quais estavam vinculados a um plano de previdência instituído na REFER (Fundação Rede Ferroviária Federal) patrocinado por aquela empresa. As disposições do Contrato de Concessão, em sua Cláusula 24ª, facultaram à Companhia instituir seu plano de previdência privada em outra entidade de previdência.

Em 13 de agosto de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, aprovou o novo plano de previdência patrocinado pelo MetrôRio (Multipensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada ou o "Plano"). De acordo com o regulamento deste Plano, a Companhia (patrocinadora) efetua uma contribuição complementar sobre a Contribuição Básica do empregado (participante) obedecendo às seguintes condições:

- a) Para os funcionários que ingressaram no Plano até 17 de fevereiro de 1999, contribui com 120% da sua Contribuição Básica.
- b) Para os funcionários que aderiram após o prazo definido acima, contribui com os seguintes percentuais: 0 a 9 anos de tempo de serviço - 100%; 10 a 19 anos de tempo de serviço - 110%; 20 anos ou mais - 120%.
- c) A contribuição total relativa aos itens (a) e (b) acima está limitada a 6% do salário de contribuição do participante.
- d) Ao empregado ainda é facultado efetuar contribuições voluntárias de valores variáveis, sobre as quais a patrocinadora não possui qualquer obrigação.

A controlada MetrôRio efetuou o levantamento atuarial para o ano de 2012, em conformidade com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009.

A controlada vem adotando o procedimento padrão constante dos itens 92 e 93 da referida Deliberação. Isto é, a parcela de (ganhos) perdas acumulada excedente a 10% do maior valor entre o valor presente da obrigação atuarial total e o valor justo dos ativos do plano, amortizada pelo prazo correspondente ao tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano. O valor assim calculado compõe a despesa anual prevista para o exercício subsequente.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários --Continuação

A taxa de retorno esperado dos Ativos foi determinada pela Administração da controlada em conjunto com o gestor de investimentos, com base nas expectativas de rentabilidade de longo prazo para cada categoria de ativo dos planos de benefícios, as quais foram fornecidas pelos gestores do plano.

22. Seguros

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia e suas controladas mantêm seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa(s)	Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
			Início	Fim	
LAMSA	Garantia de responsabilidade	16.739	18/12/2011	17/12/2012	J. Malucelli
CLN	Seguro garantia	4.610	22/02/2012	22/02/2013	Cesce Brasil
CLN	Riscos operacionais	493.000	01/08/2012	01/08/2013	Tokio Marine
CLN	Responsabilidade civil	35.000	01/08/2012	01/08/2013	Tokio Marine
METRÔRIO	Responsabilidade civil	35.000	01/08/2012	31/07/2013	Tokio Marine
METRÔRIO	Transporte nacional	4.000	12/02/2012	12/02/2013	Royal & Sunalliance
METRÔRIO	Transporte internacional	1.015	10/02/2012	10/02/2013	MAPFRE Seguros
CART	Garantia ampliações	120.280	16/03/2012	16/03/2013	Austral Seguradora
CART	Garantia funções operacionais	114.613	16/03/2012	16/03/2013	Austral Seguradora
CART	Responsabilidade civil	35.000	01/08/2012	01/08/2013	Tokio Marine
CART	Riscos operacionais	200.000	01/08/2012	01/08/2013	Tokio Marine
CRT	Responsabilidade civil	7.000	12/08/2012	12/08/2013	Chartis
CRT	Riscos de Engenharia	40.100	13/05/2012	30/11/2013	Tokio/Itaú Seguros
CRT	Riscos Operacionais	45.000	11/07/2012	11/07/2013	Itaú Seguros
CRT	Seguro performance bond	13.700	22/11/2011	22/11/2012	Banco Fator
CRT	Responsabilidade civil para Administradores D&O	10.000	15/02/2012	15/02/2013	Chartis
CRT	Seguro performance bond	5.930	11/07/2012	11/07/2012	Itaú Seguros
CBN	Responsabilidade civil para administradores D&O	20.000	08/04/2012	08/04/2013	Itaú Seguros
CBN	Responsabilidade civil	30.000	17/08/2012	17/08/2013	Allianz
CBN	Seguro de Rodovias	30.000	17/08/2012	17/08/2013	Itaú Seguros
CBN	Seguro performance bond	89.898	17/08/2012	17/08/2013	Banco Fator
CRA	Seguro garantia	30.000	17/07/2012	17/07/2013	Banco Fator Seguradora
CRA	Responsabilidade civil	16.500	04/11/2011	04/11/2012	Allianz Seguros
CRA	Riscos operacionais	96.000	15/06/2012	15/06/2012	Tokio Marine
CRA	Responsabilidade civil para administradores D&O	20.000	10/07/2012	10/07/2013	Allianz Seguros
Invepar, Lamsa, MetrôRio, CLN e CART	Responsabilidade operacionais	200.000	01/08/2012	01/08/2013	Tokio Marine
Invepar, MetrôRio, Lamsa, CLN, CART, LAMBRA, LAMSAC, GRUPAC, GRU, PEX, Instituto Invepar	Responsabilidade civil para Administradores D&O	50.000	21/09/2012	21/09/2013	Allianz Seguros

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2012. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) **Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado**

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

► **Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras**

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras e instrumentos derivativos, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

b) **Exposição a riscos de taxas de juros**

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

c) **Concentração de risco de crédito**

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

d) Risco de taxa de câmbio

O resultado da controlada MetrôRio poderá sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, considerando-se que os carros serão adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, a controlada MetrôRio possui aplicações financeiras e empréstimos no exterior.

e) Operação de derivativos

A Companhia e suas controladas adotam uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 30 de setembro de 2012, nenhuma empresa do grupo Invepar possuía operações com característica de *hedge*.

A Companhia e as demais controladas não efetuaram quaisquer transações com instrumentos derivativos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

f) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

f) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros --Continuação

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM:

Empresa	Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
LAMSA	Debêntures	TR	354.941	356.967	362.296
CART	Debêntures	CDI	10.146	12.578	14.983
CART	BNDES	TJLP	19.209	24.029	28.814
CART	BNDES	IPCA	9.452	11.815	14.178
METRÓRIO	BNDES	TJLP	172.460	205.245	238.029
METRÓRIO	FINEP	TJLP	6.863	7.631	8.399
METRÓRIO	Financiamento importação	Taxa Câmbio			
		R\$/US\$	634	792	950
METRÓRIO	Financiamento CAIXA	TR	254.279	260.327	266.374
METRÓRIO	Debênture Privada	IPCA	144.270	147.156	150.028
METRÓRIO	Debênture HSBC	DI	100.118	130.451	165.147
CRT	BNDES direto 1	TJLP	41.683	52.104	62.525
CRT	BNDES direto 2	TJLP	4.866	6.083	7.299
CLN	Capital de Giro	CDI	3.138	3.923	4.707
CBN	FUNDESE	TJLP+3%	13.862	15.770	17.644
CBN	FAT	TJLP+4%	12.570	14.057	15.575
CBN	Debênture	DI	3.399	3.813	4.224
Referência para ativos e passivos financeiros					
	TJLP (% ao ano)		5,50%	6,87%	8,25%
	DI (% ao ano)		7,36%	9,20%	11,04%
	IPCA (% ao ano)		5,24%	6,55%	7,86%
	Taxa de câmbio média (R\$/US\$)		R\$2,03	R\$2,54	R\$3,05
	TR (% ao ano)		0,82%	1,02%	1,23%

23. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

h) Gestão do capital

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011
Empréstimos e financiamentos	1.886.578	1.685.426
Debêntures	934.299	965.348
Caixa e equivalentes de caixa	(975.925)	(266.314)
Aplicações financeiras	(450.626)	(277.320)
Dívida líquida	1.394.326	2.107.140
Patrimônio líquido	3.818.231	1.681.246
Patrimônio líquido e dívida líquida	5.212.557	3.788.386

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Resultado básico e diluído por ação	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Numerador				
Resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia	19.847	(36.054)	19.847	(36.054)
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações	390.302	276.424	390.302	276.424
Resultado básico e diluído de número de ações	0,05	(0,13)	0,05	(0,13)

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais.

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 30 de setembro e em 31 de dezembro de 2011, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Receitas, custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 30 de setembro de 2011 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas

	Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011
Receita de pedágio	423.646	356.884
Receita com venda de bilhetes	380.398	332.773
Receitas acessórias	28.150	24.139
Deduções, devoluções e cancelamentos	(62.668)	(53.465)
Receita de serviços	769.526	660.331
Receita de construção	601.593	370.411
Receita total	1.371.119	1.030.742

Custos e despesas

	Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011
Operacionais, gerais e administrativas	277.357	236.028
Pessoal e encargos	186.079	151.193
Depreciação e amortização	134.900	121.380
Marketing e venda de serviços	14.726	13.538
Custo de construção	598.420	360.287
	1.211.482	882.426
Custo de serviços	415.010	381.666
Custo de Construção	598.420	360.287
Despesas gerais e administrativas	198.052	140.473
	1.211.482	882.426